

Ofício nº : 467/2020/GCI/JBC

Cuiabá-MT, 25 de agosto de 2020

A Sua Excelência o Senhor
Humberto Bortolini
Prefeito do Município de Itiquira

Assunto: **Processo N.º: 8.814-5/2019 – CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – EXERCÍCIO 2019**

Senhor Prefeito,

Nos termos do art. 256, § 1º, da Resolução Normativa TCE/MT n.º 14/2007 (Regimento Interno do TCE/MT) c/c o § 2º do art. 61 da Lei Complementar n.º 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT), fica Vossa Excelência **CITADO** para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, apresentar **MANIFESTAÇÕES DE DEFESA** no Setor de Protocolo deste Tribunal de Contas, acerca da(s) irregularidade(s) constatada(s) pela Secretaria de Controle Externo (Secex) de Receita e Governo deste Tribunal de Contas. Link [Relatório](#)

Eventual pedido de prorrogação de prazo para apresentação de resposta a esta citação, **que poderá ou não vir a ser deferido pelo Relator**, será publicado no Diário Oficial de Contas (DOC-TCE/MT) e não obriga este Tribunal a comunicar o responsável por ofício sobre o resultado do pleito, em conformidade com o parágrafo único do art. 267 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RI-TCE/MT).

Cabe à parte interessada entrar em contato com o gabinete do Relator ou acessar o DOC-TCE/MT para tomar conhecimento sobre o deferimento ou indeferimento do seu pedido. Saliente-se que a prorrogação, quando deferida, será pelo mesmo prazo de 15 (quinze) dias úteis e contar-se-á a partir do dia útil imediatamente seguinte ao término do prazo inicialmente concedido, de acordo com o parágrafo único do art. 267 do RI-TCE/MT.





Não obstante as orientações acima expedidas, cabe ressaltar que **os prazos processuais se encontram suspensos**, nos termos Portaria TCE/MT nº 99/2020, enquanto vigente.

Com efeito, informo que a suspensão dos prazos não impede que as manifestações de defesa sejam protocoladas para fins de análise técnica deste Tribunal.

Por fim, **alerto** que a ausência de manifestação no prazo regimental após a retomada da contagem dos prazos implicará o prosseguimento processual com a **aplicação dos efeitos da revelia**, conforme preceitua o parágrafo único do art. 6º da Lei Complementar nº 269/2007 e o § 1º do art. 140 do Regimento Interno TCE/MT.

Atenciosamente,

(assinatura digital)¹

JOÃO BATISTA DE CAMARGO JÚNIOR

Conselheiro Interino

(Portaria nº 127/2017, DOC nº 1.199, de 18/09/2017)

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

